

MORADOR DE RUA OU PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA: DESLOCAMENTOS DE SENTIDOS E SENSIBILIDADES EM DISCURSOS MIDIÁTICOS

UNHOUSED PEOPLE OR STREETDWELLERS: MEANING MOVEMENTS AND SENSITIVITIES IN MEDIA DISCOURSES

Sara Cristina dos Santos Freires¹
Maria Eduarda Cabral de Oliveira Freitas²
Maria Eliza Freitas do Nascimento³

Resumo: Pensando em acontecimentos que incidem sobre a população formada por pessoas em vulnerabilidade social, objetivamos analisar discursos midiáticos que promovem deslocamentos de sentidos entre os termos *morador de rua* e *pessoa em situação de rua* ressaltando efeitos do biopoder na gestão da vida da população. Utilizamos como embasamento teórico os Estudos Discursivos Foucaultianos, através do método arqueogenealógico, no qual categorias da arqueologia do saber sinalizam a emergência do discurso enquanto prática que constrói os objetos (Foucault, 2007), coadunam-se com a genealogia do poder na esfera biopolítica e da governamentalidade. Como *corpus*, selecionamos duas produções discursivas midiáticas, as quais apresentam sentidos e vontades de verdade sobre o morador e a pessoa em situação de rua. Os resultados apontam que as práticas discursivas marcam formas de ver e dizer os objetos na ressignificação mobilizadas pela língua e pela história. Foi possível discutir a relação entre discurso e sensibilidade, ao tocar questões do sentido em meio às relações de poder e saber, ao marcar o enunciado discursivo no deslocamento de práticas e de formas de gestão da vida dessa população e como contribui para a formação de uma realidade social e suas implicações nas estruturas de poder, saber e de exclusão na sociedade.

Palavras-chave: Discurso. Biopoder. Sujeito. Vulnerabilidade social

Abstract: Thinking about events that affect the population in situations of social vulnerability, we aim to analyze media discourses that promote shifts in meaning between the terms *homeless person* and *person experiencing homelessness*, highlighting the effects of biopower in the management of the population's life. We had as theoretical framework the Foucaultian Discourse Studies, employing the archaeogenealogical method, in which categories from the archaeology of knowledge signal the emergence of discourse as a practice that constructs objects (Foucault, 2007) and align with the genealogy of power within the spheres of biopolitics and governmentality. As our corpus, we selected two media discursive productions, that present meanings and willings of truth regarding the homeless person and the person experiencing homelessness. The results indicate that discursive practices shape ways of seeing and saying the objects in the resignification mobilized by language and history. It was possible to discuss the relationship between discourse and sensitivity by touching on issues of meaning within power-knowledge relations, marking the discursive statement in the displacement of practices and forms of life management for this population and how it contributes to the formation of a social reality and its implications within structures of power, knowledge and exclusion in society.

Keywords: Discourse. Biopower. Subject. Social vulnerability.

¹ Doutoranda em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte/UERN. E-mail: sc.freires@gmail.com. Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/2900413810696151>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-3815-9375>

² Mestranda em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte/UERN. E-mail: maria20241004@alu.uern.br. Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/5665660344172472>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-6561-9741>

³ Doutora em Linguística, docente da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte/UERN. E-mail: elizafreitas@uern.br. Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/5550767495701076>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7343-5609>

Introdução

*A gente não quer só comida
A gente quer comida, diversão e arte
A gente não quer só comida
A gente quer saída para qualquer parte
A gente não quer só comida
A gente quer bebida, diversão, balé
A gente não quer só comida
A gente quer a vida como a vida quer
Titãs (1997)*

A sociedade assiste à irrupção de discursos que refletem o cotidiano de diferentes sujeitos. No contexto da vulnerabilidade social, urgem pautas que precisam entrar na discussão, inclusive de áreas científicas ligadas aos estudos da linguagem. Os caminhos teóricos refletem indagações que nos instigam a pensar sobre a população dos até então denominados moradores de rua.

Essa escolha parte da necessidade de fomentar o lugar das práticas discursivas enquanto espaço de ver e dizer esses sujeitos. Nas cidades, há demandas de ordem das políticas públicas sobre o morar nas ruas, corpos invisíveis se destacam na visibilidade de atenção na área da saúde e direitos humanos, por exemplo, tendo em vista que Filgueiras (2019) argumenta que a presença desses corpos e seus pertences transgridem a ordem espacial e infringem normas de ocupação, circulação e permanência nos espaços da cidade.

Torna-se, então, uma questão biopolítica sobre a qual há a emergência das relações de poder e saber, principalmente em não apenas fornecer comida, mas condições dignas de vida e também de ser e estar no mundo. Por isso, fazemos alusão à situação das pessoas em situação de rua com os dizeres da epígrafe acima “a gente não quer só comida, a gente quer saída para qualquer parte [...] a gente quer a vida, como a vida quer” (Titãs, 1997).

Querer a vida exige dentre outras garantias, a da cidadania, englobando a essência dos direitos humanos fundamentais. Nesse interim, podemos discutir tal problemática pelo olhar dos estudos discursivos para mostrar como os discursos constroem os objetos de que falam; e, ainda, mostrar por que aparece o enunciado *pessoa em situação de rua* e não outro, conforme Foucault (2007). Desse modo, este trabalho tem como objetivo analisar discursos midiáticos que promovem um deslocamento de sentidos entre os termos *morador de rua* e *pessoa em situação de rua* ressaltando efeitos do biopoder na gestão da vida dessa população.

A emergência do enunciado em sua instância de produção e circulação entra na ordem do discurso não só para suplementar as necessidades biológicas e de combate à fome, mas também pelos sentidos que são construídos na nomeação desses sujeitos. Assim, a marcação histórica do termo *morador de rua* será debatida para contemplar como os deslocamentos deste termo atravessam os dias atuais para novas terminologias que não são somente palavras, mas legitimam e regulamentam formas de ver e dizer os sujeitos em situação de rua. Há emergência de saberes que fazem promover efeitos de sensibilidade, emoção e um novo olhar atrelado à cidadania e à garantia de direitos, no tocante à regulamentação, controle e tolerância ao cumprimento dos direitos humanos.

Utilizamos como embasamento teórico os Estudos Discursivos Foucaultianos, através do método arqueogenealógico, no qual categorias da arqueologia do saber se coadunam com a genealogia do poder. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e cunho bibliográfico, cujo *corpus* do trabalho foi selecionado do campo discursivo midiático, formado por duas materialidades: a primeira, um folder da prefeitura de Santa Catarina, retirado da página do Instagram do Padre Júlio Lancelotti; a segunda produção discursiva trata-se de uma matéria do portal do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, que tem como título *Participe da Cidade: você sabe a diferença entre morador de rua e em situação de rua?* e apresenta também o vídeo do Projeto, que contém orientações de como se referir à população de rua.

As produções discursivas midiáticas fomentam sentidos de afetos e sensibilidades, pois tocam em questões de vida cotidiana pelo viés da valorização do ser pessoa, através de técnicas de governamentalidade, no transcurso das relações sociais e de cidadania. Dessa forma, não discutiremos sobre a linguagem em si, nos conceitos gramaticais da língua sobre os termos *morador* e *pessoa*, pois nos interessam os deslocamentos de sentidos, oriundos da posição de sujeito que estes enunciam e a circulação na ordem do discurso na história. No caso das populações em situação de rua, a terminologia utilizada – como *morador* e *pessoa* – opera um elemento discursivo fundamental para a construção de subjetividades e para a categorização social. A escolha de palavras reflete e reforça hierarquias sociais, ao mesmo tempo que atua na legitimação ou deslegitimação de determinadas formas de existência.

Dito isto, o trabalho subdivide-se em três sessões. Na primeira, fundamentamos nossa pesquisa nos conceitos que embasam o *corpus* como discurso e produção de sentidos à luz dos

Estudos Foucaultianos. Na segunda sessão, continuando a fundamentação teórica, discorreremos sobre a biopolítica, governamentalidade e modos de subjetivação fomentando relações de poder e questões de saber. Na última sessão nos debruçamos na análise do *corpus* atuando no debate do deslocamento do termo *morador* para *pessoa*. Por fim, apresentamos as considerações finais, as quais sintetizam os resultados do trabalho sob o efeito de uma (in) conclusão, pela abrangência e possibilidades de múltiplas leituras discursivas acerca da temática.

1 Discurso e produção de sentidos: conceitos fundamentais

As práticas discursivas estão marcadas por produção de sentidos que instigam a formação dos objetos, dos conceitos, das modalidades enunciativas e das estratégias, conforme sinalizado por Foucault (2007), ao se reportar a noção de formação discursiva. Sobre essas recaem na obra *A arqueologia do saber* considerações em torno do discurso, considerando-o enquanto conjunto de enunciados que se apoiam na mesma formação discursiva, permeados por regularidades, descontinuidades, rupturas (Foucault, 2007).

Desse modo, refletimos sobre a formação do objeto discursivo, aqui sinalizado enquanto lócus de práticas discursivas midiáticas que falam sobre a problemática do morar na rua. Tal discussão reverbera como os discursos mobilizam sentidos e constroem modos de subjetivação, uma vez que:

O discurso é o tesouro inesgotável de onde se podem tirar sempre novas riquezas, e a cada vez imprevisíveis; [...] ele aparece como um bem – finito, limitado, desejável, útil – que tem suas regras de aparecimento e também suas condições de apropriação e de utilização; um bem que coloca, por conseguinte, desde sua existência [...] a questão do poder; um bem que é, por natureza, o objeto de uma luta, e de uma luta política (Foucault, 2007, p. 136-137, supressões nossas).

Nesses jogos de lutas, despontam regras de funcionamento discursivo que mobilizam divergências históricas, mediadas por saberes, estratégias e práticas diversas. Ainda nessa luta, há espaço para a proliferação de enunciados enquanto parte constitutiva dos discursos, indo muito além da materialidade linguística ou de outra semiose. Assim, o enunciado ocupa lugar de destaque nos estudos foucaultianos da arqueologia, uma vez que não é concebido como uma

estrutura da ordem da frase, da proposição ou do ato de fala, mas enquanto “um conjunto de relações entre elementos variáveis; é uma função de existência que pertence, exclusivamente, aos signos, e a partir da qual se pode decidir pela análise ou pela intuição, se eles ‘fazem sentido’ ou não, segundo que regra se sucedem ou se justapõem” [...] (Foucault, 2007, p. 98).

É pela função enunciativa que se pode recorrer a análise do enunciado, buscando as margens povoadas por outros enunciados, no campo associado que recobre uma materialidade, um sujeito e uma série de relações (Foucault, 2007). O filósofo chama a atenção para o fato de que “não há razão para espanto por não se ter podido encontrar para o enunciado critérios estruturais de unidade; [...] ele é sim uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis” (Foucault, 2007, p. 103).

É essa função enunciativa que instiga a pensar os enunciados *morador de rua* ou *pessoa em situação de rua* não pelos elementos estruturais e gramaticais, mas pela relação vertical que tais escolhas sinalizam na construção dos sentidos e vontades de verdade. Mobilizam-se, via enunciados, modalidades enunciativas que permitem perceber quem fala, de onde fala e com que direito institucional, para dar visibilidade e fomentar políticas públicas ou perpetuar práticas de exclusão e discriminação.

É ainda no bojo dos discursos, enquanto lugar de lutas políticas, que comportam o desejo e o poder (Foucault, 1999), que passamos para a discussão seguinte, uma vez que transitam nesses deslocamentos que queremos mobilizar na análise do *corpus*, relações de poder e saber que sustentam e legitimam as práticas discursivas.

2 “A gente não quer só comida”: biopolítica e governamentalidade na gestão da vida

Questionar as evidências na história do presente permite dialogar com o propósito dos estudos de Michel Foucault. Isso significa pensar as lacunas do nosso tempo guiadas pelas pegadas na história da gestão da vida da população, mediante o entendimento dos mecanismos que possibilitem questionar a “verdade” das coisas, observando as relações de poder e saber.

Desse modo, a genealogia do poder permite compreender a noção de poder como algo que “se exerce em rede e, nessa rede, não só os indivíduos circulam, mas estão sempre em posição de ser submetidos a esse poder e também de exercê-lo” (Foucault, 1975 p. 35).

Possibilita ainda trazer categorias para a discussão sob a égide do biopoder, seja na esfera disciplinar ou da biopolítica, com ênfase sobre como os micropoderes atuam no controle do corpo dos sujeitos em sociedade. Nesse intuito há a incidência do poder sobre a vida, mobilizando, docilizando e regulamentando sentidos e vontades de verdade no âmbito de uma biopolítica da população.

A biopolítica se inicia na modernidade, especialmente a partir do século XVIII, diante da observação dos procedimentos, mais ou menos espontâneos e combinados, que eram efetivamente postos em execução na população. A relação com o poder atua na gestão da vida enquanto relação “de saber e de poder ao mesmo tempo: e da natalidade, da morbilidade, das incapacidades biológicas diversas, dos efeitos do meio, é disso tudo que a biopolítica vai extrair seu saber e definir o campo de intervenção de seu poder”. (Foucault, 1975, p. 290-292).

Para o autor, a biopolítica tem como foco a regulação e o controle da vida dos indivíduos. Trata-se de compreender a vida como elemento político, o qual tem que ser administrado, gerido e regrado por políticas públicas, como intensifica intervenções de poder. Desta forma, não se analisa, portanto, corpo individual e, sim, a espécie humana enquanto vivente, enquanto população. Nessa conjuntura “o argumento central de Foucault para compreender a emergência da biopolítica é justamente de que a política invade a vida e uma luta é instaurada na própria definição da natureza” (Alves, 2021, p. 22).

Ao tratar da biopolítica e, portanto, ao analisar os mecanismos de poder relacionados à gestão da vida da população, Foucault dedicou atenção a questão da governamentalidade, enquanto uma estratégia de governo da população, compreendendo-a como:

um conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. (Foucault, 2008, p.143-144).

Desse modo, por governamentalidade, Foucault (2008) discute as formas de como o governo da população é realizado, uma vez que ela se torna uma preocupação, a partir dos problemas que lhes são inerentes. As campanhas aparecem como uma estratégia de gerir a vida, estabelecer normas, diretrizes e mobilizar práticas da arte de governar as condutas no governo

do outro. Assim, surge uma racionalidade política de gestão da vida, da qual aqueles que habitam os espaços urbanos das ruas das cidades também serão alvo.

Diante de tais apontamentos, Fimyar (2009, p. 38) vem afirmar que “a governamentalidade pode ser descrita como o esforço de criar sujeitos governáveis através de várias técnicas desenvolvidas de controle, normalização e moldagem das condutas das pessoas”. Em seu sentido geral, a governamentalidade se analisa a partir da constituição do sujeito, da relação entre o poder e as práticas sociais que constituem o ser humano enquanto sujeito de direitos, a sua relação entre o poder e os processos de subjetivação.

Na sociedade, é importante discutir sobre a centralização deste poder nas táticas de administração de recursos, nas formas de políticas e normas governamentais quando trata temas relacionados a saúde pública, educação, segurança e assistência social. Essas normas se evidenciam como um dispositivo de poder, funcionando como mecanismos de controle do corpo, normatização social.

Assim, há incidência também do saber, pois “desde o momento em que é uma sociedade da norma a que está se constituindo, a medicina, posto que ela é a ciência por excelência do normal e do patológico, será a ciência régia” (Foucault, 2009, p75-76). Essas normas moldaram o comportamento dos sujeitos e determinam o que é considerado “normal” dentro de uma determinada sociedade e são estabelecidas por instituições que constituem um saber, como a medicina e a psiquiatria.

Foucault (2008) afirma que esse poder sobre a vida se desenvolveu a partir do século XVII em duas formas principais: centrando-se no corpo como máquina no seu adestramento, caracterizando-se o poder disciplinar e sobre o homem como um ser refém dos processos biológicos que constituem a biopolítica. Essas duas vertentes marcam o biopoder e repercutem através de técnicas que enfatizam que “as disciplinas do corpo e as regulações das populações constituem dois pólos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida” (Foucault, 1976, p. 152).

Assim, esse mecanismo de controle, o biopoder, atua a partir de uma consciência histórica que condiciona intervenções sociais em nossa sociedade até os dias atuais. Promove técnicas que visam assumir um lugar de grande evidência no processo de controle em vários

âmbitos, incluindo o habitacional, e, propagando indagações sobre as condições dignas de vida, tornando ferramentas de controles que interferem nas condições materiais da existência.

No que se refere às condições de existência, nos referimos nesta pesquisa, às pessoas em situação de vulnerabilidade social em virtude do habitar nas ruas, onde as ocupações constroem práticas discursivas e não discursivas provocando, com isso, atitudes de exclusão. Desse modo, os discursos constroem sentidos relacionados ao que é dito em diferentes instâncias de produção e circulação, dentre elas nomenclaturas preconceituosas voltadas a designar *morador de rua*. Há deslocamentos e rupturas na produção de sentidos e vontades de verdade que possam oportunizar outras formas de ver e dizer tais sujeitos e os seus modos de subjetivação.

4 Pessoa em situação de rua: o enunciado discursivo na emergência de modos de subjetivação no discurso midiático

No campo da análise do discurso, a produção de sentidos é construída na relação discurso e historicidade. Sendo assim, os enunciados enquanto unidades dos discursos, transcendem o vocabulário empregado, pois não são apenas da ordem da estrutura e sim, da história, mobilizados por acontecimentos que inscrevem o efeito de exterioridade, raridade e acúmulo. Os sentidos nos discursos são permeados por relações de poder e saber que figuram na ordem dos acontecimentos em sociedade, através da seleção e controle por mecanismos externos e internos ao discurso (Foucault, 1999).

Esse controle é exercido por processos de exclusão que constroem vontades de verdade e modos de subjetivação. Tais processos não apenas moldam quais discursos se tornam visíveis ou permanecem silenciados, mas também regulam as formas pelas quais a sociedade percebe e responde a questões sociais. Dentre elas, nos debruçamos sobre o problema do morar na rua, enquanto uma questão de política pública na gestão da vida, seguindo técnicas do biopoder.

Sob essa égide, erguem-se estratégias de governo para essa população que não tem onde morar e que está submetida a todos os tipos de riscos e violências. Do conjunto dessas formas de violências, destacamos o acontecimento do *Massacre da Sé*⁴, que foram agressões contra

⁴ Ataques violentos à pessoas em situação de rua que dormiam nos arredores da Praça da Sé, em São Paulo. Foram brutalmente espancadas com golpes na cabeça com madeiras e barras de ferro. Na ocasião, sete pessoas morreram e outras seis tiveram sequelas irreversíveis. O caso

moradores de rua ocorrido em 19 e 22 de agosto de 2004, na cidade de São Paulo, resultando na morte de sete pessoas e outras seis ficaram gravemente feridas. Tal acontecimento que marcou uma extrema violência e teve repercussão internacional, favoreceu a criação do Movimento Nacional da População em Situação de Rua e na instituição do dia 19 de agosto como o *Dia Nacional de Luta da População em Situação de Rua*. Desse movimento ressoa o enunciado discursivo que muito significa para este trabalho: “A rua não é lugar para viver, muito menos para morrer”⁵.

Esses movimentos de luta sinalizam estratégias biopolítica na gestão da vida, acopladas com técnicas de governamentalidade geridas pelo estado enquanto gestor de políticas públicas que busca melhorar a vida da população (Foucault, 1979). Isso inclui o devir de mecanismos de poder que não somente regulamentam, mas também explicam alguns problemas sociais, dentre eles, a vulnerabilidade social.

Nesse tocante, a vulnerabilidade social aparece como uma problemática que necessita cada vez mais de políticas públicas eficazes para promover qualidade de vida em todas as formas de acesso aos direitos humanos. Desses grupos vulneráveis, aqueles que permanecem na rua constituem uma população marginalizada que fica desprovida não somente de moradia, como também de outros direitos básicos e de cidadania. Isso inclui assistência social em todas as suas nuances, repercutindo também nas formas de nomear e designar tais sujeitos.

Ao trazermos esta discussão, iremos mostrar que a palavra vai além de uma simples nomenclatura, pois está permeada de sentidos que marcam e constroem modos de subjetivação. O estatuto da palavra provoca sensibilidades, emoções e outros afetos, seja pela implicação pejorativa ou pela busca de uma valorização que o discurso da inclusão tenta promover. É nessa busca que iremos analisar discursos midiáticos com ênfase na produção de sentidos que os deslocamentos dos termos *morador de rua* e *pessoa em situação de rua* constroem.

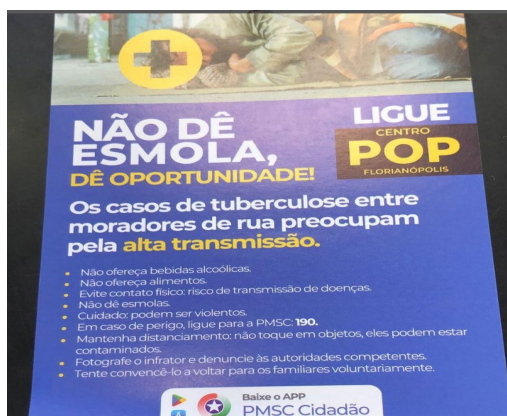
Iniciamos pela primeira materialidade, a qual foi selecionada da plataforma do Instagram, especificamente da página do Padre Júlio Lancelotti, religioso ativista que ficou conhecido nacionalmente por seu trabalho em defesa das pessoas em situação de

ficou internacionalmente conhecido como Massacre da Sé. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/opiniao/coluna/2022/08/19/massacre-da-se-18-anos.htm> Acesso em: 19 mar 2025.

⁵Todas as informações foram extraídas do portal de notícias da UOL. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/opiniao/coluna/2022/08/19/massacre-da-se-18-anos.htm> Acesso em: 19 mar 2025.

vulnerabilidade e usuária de drogas e/ou sujeitos LGBTQIA+. A postagem é um panfleto informativo da prefeitura de Florianópolis-SC, o qual foi distribuído entre a população. Apresentamos abaixo na figura 1.

Figura 01. Panfleto da Prefeitura de Florianópolis



Fonte: página do Instagram @padrejulio.lancellotti

A materialidade discursiva mobiliza sentidos em torno de uma possível conscientização para os casos de tuberculose entre moradores de rua. Entretanto, a formação do objeto discursivo é atravessada pelo saber que opera entre o que é dito na materialidade e os sentidos construídos historicamente, os quais podem ser alcançados em redes de memória e sinalizam o risco em detrimento da ajuda.

Assim, ao utilizar o termo no plural *moradores de rua*, articulado com a imagem do enunciado não verbal que subscreve a impressão de um sujeito abandonado, deitado na rua, com um pequeno cobertor envolto em seu corpo, o discurso mobiliza sentidos de perpetuação de que essa população de rua é destinada a viver daquela maneira e podem ser agentes ativos na transmissão de doença. Isso é corroborado por meio do enunciado “os casos de tuberculose entre os moradores de rua preocupam pela alta transmissão”, promovendo uma vontade de verdade que contradiz o enunciado discursivo anterior que enfatiza “não dê esmola, dê oportunidades!”.

Como dar oportunidade a alguém que você não pode chegar perto? Para responder essa questão, a materialidade discursiva promove a resposta e nos faz articular o sentido produzido com mecanismos de controle e seleção do que é dito, pois estimulam o afastamento e

distanciamento do sujeito perigoso – morador de rua. Assim, “os discursos expressam, tematizam e suscitam emoções, por exprimirem tanto as sentidas quanto as simuladas pelo falante, por tratarem daquelas identificadas ou atribuídas a outrem e ainda por provocá-las nos interlocutores” (Piovezani, Curcino, Sargentini, 2024, p. 26). As emoções suscitadas refletem o medo, o perigo e o risco que emanam do convívio com os moradores de rua.

Nesse caso, há um apelo para conter o perigo, mobilizado pela estratégia biopolítica de ação da instituição do governo, através do “Ligue, centro pop Florianópolis”. Essa estratégia reforça a ação de uma política higienista, a qual busca formas de promover a seguridade social, que no caso da materialidade discursiva em análise, permeia e restringe a ação de uma política pública eficaz para promover os direitos aos sujeitos da rua. A cor amarela nas palavras “alta transmissão”, em relação à doença tuberculose, só reforça o sentido de alerta e de que não seria apropriado em virtude de um suposto risco de contaminação ao se aproximar desses sujeitos.

A estratégia de governamentalidade que deveria incidir sobre a população vulnerável, por meio da produção e circulação do discurso do panfleto, é utilizada como forma de perpetuar e legitimar estereótipos e preconceitos em relação aos povos das ruas. Tais sentidos são reforçados e evidenciados nos enunciados que seguem, com orientações que são dicas sobre atitudes no tratamento para com os sujeitos – morador de rua.

Há desse modo, um efeito de exclusão e de segregação entre o normal, aquele que está sendo orientado, atravessado pelas redes de sentidos e os outros que são os sujeitos perigosos, o anormal, o que mora na rua. O discurso em análise constrói o sentido que favorece a um digladiar nas relações de forças e de poder e saber, pois, a instituição, enquanto instância de produção desse discurso que deveria fornecer políticas públicas eficazes, repercute, via discurso, efeitos de segregação e exclusão que coloca o lugar do normal e do anormal enquanto dicotômicos.

O morador de rua é o corpo a ser retirado do convívio social e não é apenas pela doença, mas pelo risco que representa, sendo inclusive considerado um “infrator”. É o indivíduo perigoso, com seu corpo e seus pertences que não podem ser tocados. Tais sentidos e vontades de verdade ficam mais claramente destacadas a partir da dica 4 “cuidado: podem ser violentos” até a que afirma: “fotografe o infrator e denuncie às autoridades competentes”.

São enunciados discursivos permeados de efeitos de sentido de exclusão, pois mesmo que seja atravessado pela estratégia biopolítica de contenção da transmissão da doença – tuberculose – esse discurso que perpassa a materialidade do panfleto favorece a perpetuação histórica de sentidos que imprimem preconceito e discriminação ao sujeito *morador de rua*. Por isso, a forma de dizer com o termo escolhido sinaliza muito mais do que a simples estrutura da língua. O foco na expressão *moradores de rua* constitui uma forte linha de relações fundamentais entre as palavras, as emoções e a sociedade que perpetuam práticas de exclusão, desvios e segregação tão fortemente condenadas ao longo da história.

Contudo, procuramos trazer ao debate a discussão dos enunciados contidos na produção discursiva relacionando-a com a noção do louco e desviante, debatidas por Foucault (1979) na obra *A história da loucura*. Tal relação torna-se possível quando fazemos a articulação da loucura com o que expomos anteriormente sobre a perpetuação de práticas de exclusão e segregação, atrelados aos modos de subjetivação, produzidos discursivamente na rede de sentidos e verdades materializadas nos enunciados do panfleto.

A loucura como objeto de estudo investigado no campo da construção discursiva na e pela história fez Foucault perceber que havia lacunas a serem interpretadas a partir das relações de poder e saber sobre o sujeito louco na sociedade. A analogia com a loucura remete ao processo de mudanças no seu conceito até os dias atuais. Foucault levantou a grande questão sobre o saber que veemente atuou nesses processos, os quais se deslocaram e modificaram o olhar sobre a loucura.

Com isso, a loucura foi progressivamente dissipada de uma experiência integrada à vida comunitária para uma condição segregada nas instituições asilares. A situação de rua reflete um processo similar de construção discursiva que redefine os sujeitos como “problemas sociais”. E nesse despertar do sujeito como um “problema”, o governo investe em medidas de controle como alternativa a barrar o acesso livre desses sujeitos aos meios de convivência comunitária.

Isso acontece sob a justificativa de vigiar e proteger os corpos sãos de doenças e do perigo representado e rotulado socialmente, como ressaltado na construção de sentidos da figura 1, na prática discursiva em análise. Assim, no enunciado “não dê esmola, dê oportunidade”, promove uma vontade de verdade que fortalece o preconceito, maquiado por ações biopolíticas em defesa da vida, pois, na tentativa de dar oportunidade, possibilita uma construção de sentidos

de estigma social dos sujeitos em situação de rua. Como afirma Golffman (2013, p. 14) “um indivíduo que poderia ter sido facilmente recebido na relação social cotidiana [...] possui um estigma, uma característica diferente da que havíamos previsto”.

Nessa assertiva do autor, o estigma que na história desloca-se para um conceito ou terminologia, transpõe o discurso da diferença. Na produção discursiva em análise, o estigma vem de dizeres que se materializam no panfleto, lançando modos de subjetivação para o sujeito *morador de rua*, como ser desviante que corresponde, na sociedade, como sendo aquele que induz e pratica a violência, considerados infratores e vistos como perigosos.

No discurso em análise, o *morador de rua* designado como corpo desviante, violento e transmissor de doença, encontra subterfúgio no dispositivo do discurso jurídico, enquanto um instrumento de governamentalidade para gerir a vida dessa população. Desses discursos, o documento da Política Nacional para Inclusão Social da Pessoa em Situação de Rua (2008), apresenta considerações do processo de caracterização da rua e seus ocupantes: “as visões estigmatizantes da sociedade civil, e também do Estado, sobre a população em situação de rua costumam restringir-se às pulsões assistencialistas, paternalistas, autoritárias e de ‘higienização social’” (Brasil, 2008, p. 4). Entretanto, essas visões não abarcam a dimensão total do morar na rua e a necessidade de políticas públicas.

Em face disto, a formação discursiva que compõe as regularidades dos discursos jurídicos é marcada pelo viés da assistência jurídica. Para promover outros olhares, inclui a política de inclusão da pessoa em situação de rua e produz um novo documento: o Plano Nacional Ruas Visíveis (PNRV), publicado em 2023, que traz medidas de cuidado e direitos à cidadania com acesso ao serviço público de saúde e assistência social. É uma estratégia biopolítica que busca o fomento à políticas públicas e instiga a produção e circulação de discursos com novas formas de subjetivação para o sujeito que vive nas ruas.

Segundo o referido documento, as ações de Assistência Social e Segurança Alimentar foram elaboradas em conjunto com os movimentos sociais e participação dos próprios sujeitos que vivem e convivem com o cenário das ruas, legitimando a participação popular na formulação de procedimentos de gestão de vida dessa população. Isso possibilita pensar os micropoderes discutidos por Foucault, enquanto mecanismos das relações de poder na sociedade. Esses espaços de luta na sociedade possibilitam outras formas de ver e dizer os

denominados *moradores de rua*, em movências de sentidos, de práticas e condutas para dar visibilidade ao problema, em busca de incluir na agenda das políticas públicas. Para tanto:

é necessária uma construção do olhar, ou seja, que a opinião pública, diferentes atores, analistas e empreendedores de causas ou não, mais do que enxergarem os moradores de rua, identifiquem, na sua presença no espaço público, as questões sociais, políticas ou morais e, a partir disso, pautem estratégias de intervenção (Filgueiras, 2019, p. 997).

Desse modo, enxergar o problema sugere, inclusive, o deslocamento de sentidos na implicação de formas de tratar, conceituar e nomear esses sujeitos. Para tanto, é preciso considerar que as palavras não são apenas signos linguísticos estruturais. Elas extrapolam os níveis do significante para fazerem sentido na relação com a história, com a memória e os acontecimentos que borbulham de um teor semântico nas séries de formulações, nas margens povoadas a que os enunciados implicam, ao terem um sujeito que enuncia e uma materialidade que completam a função enunciativa, conforme Foucault (2007). É nesse viés que trazemos para esta discussão o deslocamento de sentido e de vontades de verdade, construídas discursivamente sobre o termo *morador de rua*.

A condição de permanência da população em situação de rua, na continuidade do termo *morador de rua* em determinadas formações discursivas, como a apresentada no discurso da figura 1, evidencia a construção de modos de subjetivação para esse sujeito que o determina a viver sob tal destino e com todas as agruras que essa condição indica. Entretanto, pelos movimentos de luta em todas as suas instâncias, a formação dos conceitos em relação ao objeto discursivo é marcada por outras estratégias. A partir de relações de poder e saber há movências de sentidos que favorecem a rupturas e deslocamentos sobre o viver na rua, conforme discutiremos a seguir.

A segunda materialidade foi selecionada do Projeto *Participe da cidade*, de iniciativa do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) e é uma matéria veiculada no portal desta instituição com o título: *Participe da Cidade: você sabe a diferença entre morador de rua e em situação de rua?* Trata-se de uma produção discursiva que apresenta o vídeo que discursiviza o uso de cada termo, destacando a construção de sentidos para cada um e contém orientações de como se referir à população de rua.

A análise da linguagem comporta a percepção de que há uma forte relação entre o discurso e as emoções, tendo em vista que “nessas produções, há relações de força e relações de sentidos, mas também sensações, sentimentos e sensibilidades” (Piovezani, Curcino, Sargentini, 2024, p. 26). Essas relações são determinadas a partir dos posicionamentos discursivos, das regularidades e da construção das vontades de verdade que imbricam relações de poder e saber.

Ao examinar os deslocamentos terminológicos, como a transição de *morador de rua* para *pessoa em situação de rua*, torna-se indispensável analisar os efeitos concretos que esses discursos produzem nas vidas dos sujeitos envolvidos. A linguagem, enquanto mecanismo de poder, define os limites da visibilidade e do reconhecimento social, ao mesmo tempo em que estrutura práticas de exclusão na sociedade contemporânea, evidenciando as forças discursivas que delimitam quem é visto, ouvido e legitimado.

Sob o aparato do dispositivo jurídico, essa produção discursiva do vídeo que circula em ambiente da mídia digital, exerce uma conduta a ser seguida pela população, disciplinando e regulamentando a melhor forma de se referir a população em situação de rua. Apresentamos e analisamos a materialidade discursiva na figura 2.

Figura 02. Diferença entre “morador” e “em situação de rua”

Participe da Cidade: você sabe a diferença entre morador de rua e em situação de rua?

Publicado: 25/04/2024 às 15:22

Participe da cidade

OE7 – Atendimento ao cidadão

Desemprego, o rompimento de vínculos familiares e o uso de álcool e drogas são alguns dos principais motivos para a situação de rua

Você já tinha ouvido falar que o termo “morador de rua” é pejorativo? No novo vídeo do projeto “Participe da cidade”, a estudante de direito da Universidade de Brasília (UnB) Hanna Souza explica que o termo é inadequado porque traz uma ideia de permanência. Segundo ela, alguém que hoje vive na rua não deve estar destinado a continuar assim para sempre. Sendo assim, prefira sempre usar a expressão “em situação de rua”, que possui a ideia de temporalidade, indefinição, impermanência.

A estudante esclarece ainda que um diagnóstico apresentado pelo governo federal em 2023 apontou que a maior parte da população em situação de rua sabe ler e escrever e já teve emprego com carteira assinada, mas o desemprego, o rompimento de vínculos familiares e o uso de álcool e drogas são os principais motivos para estarem atualmente nessa situação. Que tal você também fazer parte da mudança de condição dessa população? Saiba como no vídeo:



Fonte: <https://www.mpdft.mp.br/portal>⁶

⁶ Disponível em: <https://www.mpdft.mp.br/portal/index.php/comunicacao-menu/sala-de-imprensa/noticias/15773-participe-da-cidade-voce-sabe-a-diferenca-entre-morador-de-rua-e-em-situacao-de-rua>. Acesso em: jan 2025.

Em busca da construção dos sentidos nessa prática discursiva, salientamos que o sujeito enunciador representa uma posição discursiva de autoridade, constituindo modalidades enunciativas, com legitimidade e regulamentação. Assim, estabelece uma estratégia de governamentalidade na gestão da vida da população. Conforme podemos observar na materialidade discursiva que aqui analisamos, o *Projeto Participe da Cidade: o patrimônio público é nosso* foi “instituído pela Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social (Prodep) em 2021 e tem como objetivo central fortalecer a cidadania e promover maior efetividade na defesa do patrimônio público e social” (MPDFT, 2025).

A prática discursiva destaca essa busca pela cidadania que parte do linguístico para enfatizar que não é somente a palavra, mas a dignidade, a cidadania e, principalmente a *Pessoa* que importa. É justamente essa ênfase que provoca o deslocamento de sentido entre *morador de rua* e *pessoa em situação de rua*. Em um discurso que circula no meio midiático, observamos em seu funcionamento que as relações de poder continuarão a ditar as regras, mobilizando saberes e seus deslocamentos no governo do outro, antes com o viés de exclusão agora com a discussão dos termos, que constroem os modos de subjetivação da pessoa em situação de rua.

A política implementada para organizar as populações e a vontade de verdade de redefinir os sujeitos entre normais e anormais reforça a questão de relações de força discutida por Foucault (2022). O filósofo destaca que as relações de poder nas sociedades partem de relações de força, que mesmo quando acabada a guerra, tentam impor a paz na sociedade civil, não para acabar com seus efeitos, mas para reinscrever tais relações, por meio de uma guerra silenciosa, nas instituições, nas desigualdades econômicas, na linguagem e até no corpo dos indivíduos (*Idem*).

Interessa aqui principalmente a inscrição política na linguagem e no corpo dos indivíduos, uma vez que já a partir do título, vemos a produção discursiva iniciar com um convite à participação na cidade e a pergunta chave: *você sabe qual é a diferença entre morador de rua e pessoa em situação de rua?* A resposta marca a construção de sentido provocada no deslocamento linguístico que constrói uma vontade de verdade ao enfatizar que o termo *morador de rua* é pejorativo, pois ressalta uma condição permanente daquela situação e ele estaria então, condenado, destinado a viver aquela condição sem direito à mudança. O sujeito enunciador esclarece que essa realidade pode ser temporária e estar *em situação de rua* pode

ser passageiro se houver investimentos de políticas públicas por parte do Estado para promover a melhoria na vida desses sujeitos.

Diante dessas políticas públicas há a menção aos principais direitos que são garantidos nos dispositivos dos discursos jurídicos e dos direitos humanos – moradia, emprego, saúde e reconstrução de vínculos familiares. A produção discursiva em análise utiliza, na formação das estratégias, a menção ao diagnóstico apresentado pelo Governo Federal brasileiro em 2023 que ressalta dados importantes sobre a problemática, mostrando que a maior parte da população em situação de rua sabe ler e escrever e já teve emprego com carteira assinada. Enfatiza também que o desemprego, o rompimento de vínculos familiares e o uso de álcool e drogas são os principais motivos para a população estar atualmente nessa situação.

A produção de sentidos e construção de vontades de verdades marcam os deslocamentos e rupturas com a forma de ver e dizer a problemática do morar na rua, pois apresenta na rede enunciativa modalidades, estratégias e outros contornos que favorecem a construção dos conceitos nessa formação discursiva. Ao assinalar na rede de sentidos os motivos que levam a população de rua a estar naquela situação, o discurso apresenta um destaque para a falta de direitos e para o papel do estado e da sociedade civil.

Assim, nessa produção discursiva são construídos sentidos voltados para a situação de extrema vulnerabilidade a que essas pessoas estão suscetíveis, como as doenças, motivadas pela falta de alimentação, higiene e convívio com animais, a violência e o preconceito. O discurso da materialidade do vídeo enfatiza também que esses sujeitos estão privados de direitos básicos garantidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos e da Constituição Federal. Responsabiliza o estado para promover políticas públicas que garantam a reinserção social das pessoas *em situação de rua*, juntamente com o apoio e cobrança da sociedade civil.

A maior consequência é a discriminação sofrida pela *pessoa em situação de rua*. Sendo ela uma construção histórica, discursiva, mas principalmente social, revela como a negligência na gestão da vida nega, priva e enfatiza as diferenças, dificuldades e segregação enfrentadas pelos menos favorecidos. Desse modo, o deslocamento na forma linguística não é apenas de ordem da língua, mas, sobretudo, na mudança de mentalidade sobre o problema, enfatizado no enunciado discursivo da materialidade em análise que ensina e orienta o termo adequado:

“sendo assim, prefira sempre usar a expressão ‘em situação de rua’ que possui a ideia de temporalidade, indefinição, impermanência” (MPDFT, 2025).

A vontade de verdade produzida discursivamente favorece a construção de modos de subjetivação para a pessoa em situação de rua, por meio do resgate da cidadania e direitos básicos, fazendo com que se desloque de *morador* à *pessoa*, através da visão de que é possível mudar a vida, com políticas públicas eficazes. Porém, figura no estado a gestão da vida dessa população, entretanto, o deslocamento desses termos possibilita pensar o que é ser Pessoa em uma sociedade desigual, injusta e sob a égide de um sistema capitalista e neoliberal.

Sobre isso, lançamos o questionamento: bastaria apenas a transição e o deslocamento, nas formas de dizer, de nomear – *morador* para *pessoa* – com a orientação que instiga a população através do verbo no imperativo “prefira usar o termo pessoa em situação de rua”, para garantir a cidadania e dignidade desses sujeitos? Sobre isso, optamos por responder com a reflexão suscitada pela leitura deste trabalho e com o apoio teórico abaixo:

Ora, uma sociedade hegemonicamente desigual e conservadora como a brasileira consolida meios de calar e menosprezar tantos os discursos que reivindicam sua transformação quanto os modos de dizer daqueles que ela exclui. Com mais forte razão, tais meios de silenciamento e menosprezo se radicalizam em condições públicas de fala, nas quais há conjunção entre discursos em defesa das causas dos oprimidos e sua materialização em meios populares de expressão. Quanto maior for o potencial de transformação social dessas falas, de suas denúncias e reivindicações, maiores serão as reações discriminatórias, opressoras e excludentes (Courtine, Piovezani, 2024, p. 184).

As produções discursivas de cunho jurídico possibilitam a normatização de uma conduta a ser seguida pela população. As terminologias vão surgindo como uma verdade do Estado e dos modos de subjetivação na tratativa dos indivíduos excluídos. Há, portanto, as técnicas de poder que mantém os indivíduos considerados perigosos, por isso excluídos, como os sentidos produzidos na rede discursiva do cartaz apresentado na figura 1, mas há também outra ordem do discurso que retoma saberes como a área da saúde, da educação e das ciências sociais, através de uma instituição que também atua no governo da população, o Ministério Público, o qual mobiliza discursos com um olhar para a ressignificação da forma de dizer o termo a ser utilizado para a população *em situação de rua*.

Finalizamos esta discussão com a reflexão sobre como esses sujeitos constituem um espaço invisível das cidades com seus corpos que transitam de um lugar para outro. Constituem-se assim, em um fenômeno aqui cognominado de “nômades urbanos” pela transitória passagem de um lugar a outro em busca de abrigo, segurança e proteção. Por isso, o deslocamento no uso de *morador de rua* para *pessoa em situação de rua*, se não for além da questão linguística, busca construir uma forma paradoxal de remediar o problema. Nessa controversa questão, a produção de sentidos parte de um morar na rua como algo fixo e irremediável e pessoa em situação de rua mobilizar algo passageiro, como se fosse uma questão de escolha e não de políticas públicas eficazes e de ações biopolíticas de governo da população.

Considerações finais

O discurso é uma prática social que não apenas descreve o mundo, mas o constrói, moldando relações, identidades e estruturas de poder. Michel Foucault (1999) em suas análises sobre discurso, enfatiza que ele é intrinsecamente relacionado a regimes de poder, sendo um meio pelo qual determinados saberes se legitimam e se perpetuam, enquanto outros são excluídos ou marginalizados. Nesse sentido, a linguagem é um dispositivo central de poder, pois define os limites do que pode ser dito, pensado e aceito em uma sociedade.

As escolhas de linguagem no discurso midiático revelam uma dinâmica complexa de inclusão e exclusão. Ao substituir o termo utilizado para se referir aos indivíduos em situação de rua, pode-se interpretar essa mudança como uma tentativa de humanizar e promover a cidadania, alinhando-se aos princípios do discurso da inclusão social. No entanto, ao remover a carga política da condição desses sujeitos, o uso do termo “pessoa” pode obscurecer as relações de poder subjacentes e os mecanismos estruturais que perpetuam a exclusão, como políticas públicas inadequadas, desigualdades socioeconômicas profundas e preconceitos arraigados. Portanto, a linguagem não só descreve, mas também molda e reproduz essas realidades, sendo um instrumento fundamental na manutenção ou desafio das formas de exclusão social.

O deslocamento de sentidos de *morador de rua* para *pessoa em situação de rua*, longe de ser apenas uma alteração terminológica, insere-se em uma complexa rede de forças. Assim,

o discurso promove uma vontade de verdade além das práticas de linguagem e oportuniza construção de modos de subjetivação, uma vez que instiga a pensar o lugar efêmero e transitório em oposição ao perigo sinalizado por algo estático e definitivo. Ressaltamos que a produção discursiva instiga um convite para refletir sobre a regulação da vida, em redes do poder e saber no agenciamento do biopoder em suas nuances, através de regimes de visibilidade e reconhecimento social.

Referências

ALVES, M. A. S; ALCKMIN, G. C. *A Política Identitária em Questão*: Reflexões a partir de Judith Butler e Achille Mbembe. RDP, Brasília, volume 18, n. 97, 588- 615. 2021a.

BALERA, F. Massacre da Sé completa 18 anos em meio a mortes invisíveis do povo de rua. UOL, 19 ago. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/opiniao/coluna/2022/08/19/massacre-da-se-18-anos.htm>. Acesso em: 19 mar. 2025.

BRASIL, *Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua*. Brasília, maio de 2008. Disponível em https://www.justica.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2019-08/pol.nacional-morad.rua_.pdf. Acesso em: 05 mar 2025

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Governo federal lança “Plano Ruas Visíveis - Pelo direito ao futuro da população em situação de rua” com investimento de cerca de R\$ 1 bilhão. Brasília, 11 dez. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/dezembro/governo-federal-lanca-201cplano-ruas-visiveis-pelo-direito-ao-futuro-da-populacao-em-situacao-de-rua201d-com-investimento-de-cerca-de-r-1-bilhao>. Acesso em: 11 janeiro 2025.

COURTINI, J-J; PIOVEZANI, C. Discursos do medo na era da ansiedade. In: PIOVEZANI, C.; CURCINO, L.; SARGENTINI, V. (org.). *O discurso e as emoções*: medo, ódio, vergonha e outros afetos. 1 ed. São Paulo: Parábola, 2024. (p. 163-190).

FILGUEIRAS, C. A. C. Morar na rua: Realidade urbana e problema público no Brasil. *Cad. Metrop*, São Paulo, v. 21, n. 46, pp. 975-1003, set/dez 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2019-4613> Acesso em: fev. 2025.

FIMYAR, O. *Governamentalidade como Ferramenta Conceitual na Pesquisa de Políticas Educacionais*. Educação & Realidade, Porto Alegre, maio/ago, p.35-56, 2009.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1999.

_____. *A arqueologia do saber*. Trad. de Luiz Felipe Baeta Neves. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

_____. Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema: *Ditos e Escritos III*. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

_____. *História da Loucura na Idade Clássica*. São Paulo — Brasil: Copyright Éditions Gallimard, 1979. 608p.

_____. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Digital Source, 1988.

_____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

_____. *Segurança, Território, População*. Curso dado no Collège de France. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. *Vigiar e punir*. São Paulo: Almedina, 1975.

GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade*. 4 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS (MPDFT). *Participe da Cidade: você sabe a diferença entre morador de rua e em situação de rua?* 25/04/2024. Disponível em <https://www.mpdft.mp.br/portal/index.php/comunicacao-menu/sala-de-imprensa/noticias/15773-participe-da-cidade-voce-sabe-a-diferenca-entre-morador-de-rua-e-em-situacao-de-rua>. Acesso em: 28 janeiro 2025.

PIOVEZANI, C.; CURCINO, L.; SARGENTINI, V. As emoções nas ciências da linguagem. In: PIOVEZANI, C.; CURCINO, L.; SARGENTINI, V. (org.). *O discurso e as emoções: medo, ódio, vergonha e outros afetos*. 1 ed. São Paulo: Parábola, 2024. (p. 7-42).